



# Pessoas com Deficiência e Acesso à Política Pública de Educação Básica

Ana Neves & Marcos Vinicio Wink Junior

Este boletim é o segundo de uma série produzida pelo grupo de pesquisa Callipolis e publicada periodicamente. A série aborda a política de educação no Brasil e no estado de Santa Catarina, com o objetivo de subsidiar gestores públicos, conselhos de direitos da criança e do adolescente, Ministério Público e pesquisadores com o panorama atualizado das metas do plano de educação já instituídas; lançando luz sobre os desafios em determinadas etapas ou modalidades da educação, com recortes específicos.

A análise recai sobre as metas do Plano Nacional de Educação (PNE), que encerra em 2024 (Lei nº 13.005/14), e o Plano Estadual de Educação de Santa Catarina (PEE/SC), que tem vigência até 2025 (Lei Estadual nº 16.794/2015). Com ambos próximos ao encerramento de suas vigências, nesta edição, aludimos à meta 4 do PNE, que trata de universalizar o acesso à educação para Pessoas com Deficiência (PCD), além de transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades ou superdotação, com idade entre 04 (quatro) e 17 (dezesete) anos, buscando garantir um sistema educacional mais inclusivo.

O atendimento universal a essa população, no entanto, não se verifica nas estatísticas atuais. Para compreender melhor esse cenário, utilizamos a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC) de 2022 e o suplemento que trata de PCDs. Essa pesquisa utiliza a definição de deficiência por graus de dificuldade, como empregado pelo IBGE.

Sendo assim, caracterizam-se como deficientes aqueles que, segundo a pesquisa, tenham 2 ou mais anos de idade e tenham dificuldade, ou muita dificuldade, em exercer ao menos um dos domínios funcionais. Os domínios funcionais, por sua vez, consistem em: enxergar, ouvir, andar, funcionamento dos membros superiores, cognição (lembrar, aprender, concentrar), autocuidado e comuni-

cação. Portanto, buscamos analisar, para pessoas com e sem deficiência, possíveis desigualdades ao acesso escolar obrigatório no Brasil e no estado de Santa Catarina.

A fim de comparar o acesso escolar, utilizou-se a taxa de frequência escolar líquida ajustada. Para tanto, foi adotada a definição proposta pelo IBGE, em que taxa ajustada refere-se ao “percentual de estudantes do grupo etário oficial para estar em determinada etapa do ensino, que estavam frequentando esta determinada etapa ou a seguinte, em relação ao total de pessoas do mesmo grupo etário” (IBGE, 2022, p. 25).

Pode-se notar, a partir das informações da tabela 1, que, conforme avança a etapa escolar, a taxa de frequência em todos os grupos diminui. No Brasil, quando analisado o grupo de PCDs, dos anos finais do ensino fundamental para o ensino médio, diminuem-se 16,9 pontos percentuais desta taxa. No grupo sem deficiência, a queda entre as etapas escolares é menos acentuada (15,6 pontos percentuais).

Em Santa Catarina, o atendimento à etapa do ensino fundamental como um todo destoa do cenário nacional positivamente. Enquanto, para crianças e adolescentes com deficiência, o Brasil apresenta 89,3% de taxa de frequência escolar líquida ajustada, as crianças catarinenses saem na frente, apresentando taxa de 94,4% de frequência no ensino fundamental. Entretanto, cerca de 1.300 crianças com deficiência estão fora da escola somente neste estado.

Ainda no estado de Santa Catarina, há uma diferença relevante na taxa analisada entre crianças e adolescentes com e sem deficiência. No grupo com deficiência, encontra-se a diminuição de 21 pontos percentuais dos anos finais do ensino fundamental em relação ao ensino médio. Já no grupo sem deficiência, a diferença entre as etapas reduz-se para 14,8 pontos. Evidenciando que existe uma diferença significativa entre os grupos com e

sem deficiência no estado, em cerca de 6,2 pontos percentuais nesta taxa, nas etapas mencionadas.

Quanto ao recorte de raça, quando analisadas as crianças sem deficiência na tabela, verifica-se que o acesso para amarelos e brancos (brancos) é sempre maior do que para pretos, pardos e indígenas (negros). Essa desigualdade fica maior no estado de Santa Catarina, para crianças com deficiência nos anos finais do ensino fundamental (59,4%). Por outro lado, para as crianças sem deficiência, a permanência ou o acesso são mais difíceis no ensino médio (55,6%).

Tanto para Santa Catarina quanto para o Brasil, o que mais causa preocupação é a baixa taxa de frequência no ensino médio, na casa dos 50% de acesso. Isto pois, quando considerada a meta do PNE de 100% de acesso ao ensino básico obrigatório, percebe-se que não basta um plano para que as metas sejam atingidas. Apesar dos avanços, os indicadores mostram que para PCDs a meta parece ainda mais longe. As menores taxas de frequência para PCDs em Santa Catarina correspondem aos anos finais do ensino fundamental (74,3%) e ensino médio (53,3%). Isto equivale, respectivamente, a 2.300 crianças e 3.850 adolescentes, que deveriam estar frequentando obrigatoriamente a educação básica, mas estão fora da escola.

Quando vistas as sobreposições de recortes no acesso à política pública de educação básica, como da raça e deficiência, aumentam-se as dificuldades. Isto pode levar a um ciclo crônico de redução de oportunidades, doenças e menor empregabilidade para pessoas com deficiência (PETERS, 2008).

Ainda que existam dificuldades no acesso às políticas públicas variadas para pessoas com deficiência no mundo todo, a política educacional está entre uma das principais potencializadoras de oportunidades. Por isso, iniciativas ao redor do mundo estão sendo feitas para combater a desigualdade e devem ser incentivadas (PETERS, 2008). Mais do que isso, conjecturar políticas para modificar positivamente recortes onde o acesso à educação é um direito e já deveria ser realidade, é dever de todos na promoção da equidade.

Tabela 1: Taxa de frequência escolar líquida ajustada, em %, por grupos com e sem deficiência, Brasil (BR) e Santa Catarina (SC), 2022.

	Etapa	Com Deficiência			Sem Deficiência		
		Total	Negros	Branco	Total	Negros	Branco
Brasil	Ensino Fundamental	89,3	88,7	90,3	93,9	93,8	94,1
	Anos Finais	71,3	71,6	71,0	86,1	84,1	86,2
	Ensino Médio	54,4	51,9	59,2	70,5	66,0	77,7
Santa Catarina	Ensino Fundamental	94,4	95,3	94,1	93,1	92,7	93,2
	Anos Finais	74,3	59,4	82,9	85,0	81,8	85,9
	Ensino Médio	53,3	49,6	54,2	70,2	55,6	74,6

Fonte: Microdados do suplemento de deficiência da PNAD Contínua 2022.

Nota: (1) Negros são os pretos, pardos e indígenas; brancos são os brancos e amarelos.

(2) A etapa da pré-escola, embora obrigatória, não foi analisada no estudo em função da baixa representatividade amostral de crianças de 4 e 5 anos nos recortes avaliados.

## Referências

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Nota técnica versão 1.13. Disponível em:

<<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102014-notas-tecnicas.pdf>>.

PETERS, Susan J. Inequalities in education for people with disabilities. In: Inequality in education: Comparative and international perspectives. Dordrecht: Springer Netherlands, 2008. p. 149-171.